



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAF UFCG**

KLÉBIA LARÚBIA SOARES DOS SANTOS

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DO
SECRETÁRIO EXECUTIVO: DELINEANDO UM PERFIL PROFISSIONAL**

SOUSA, PB

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP UFCG**

KLÉBIA LARÚBIA SOARES DOS SANTOS

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DO
SECRETÁRIO EXECUTIVO: DELINEANDO UM PERFIL PROFISSIONAL**

Projeto de Trabalho Final de Curso apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências do Consórcio de PROFIAP, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP.

SOUSA, PB

2018

KLÉBIA LARÚBIA SOARES DOS SANTOS

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DO
SECRETÁRIO EXECUTIVO: DELINEANDO UM PERFIL PROFISSIONAL**

Projeto de Trabalho Final de curso (TCF) apresentado à Universidade Federal de Campina Grande como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora da Qualificação do TCF:

Jônica Marques Coura Aragão

Nome do Membro Interno

Nome do Membro Externo

RESUMO

O presente projeto de pesquisa objetiva realizar uma investigação sobre a responsabilidade socioambiental no exercício da atividade do Secretário Executivo, enquanto servidor público, delineando seu perfil profissional através de sua conduta e de suas práticas no ambiente organizacional, no que concerne à relevante temática da sustentabilidade, cuja importância vem sendo reconhecida e alvo de crescentes discussões na sociedade, a nível global. O objetivo do estudo reside em analisar se os profissionais de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) desenvolvem suas atividades de modo a promover a consciência e a sensibilização socioambiental no âmbito de suas unidades de lotação. Para tanto, será feito o uso das pesquisas exploratória, descritiva e bibliográfica como lastro metodológico. Como método proposto, foi definido o método da Pesquisa-Ação, cujos procedimentos são originados de necessidades sociais reais e flexíveis, baseados na contribuição e participação coletiva. Os instrumentos de pesquisa a serem utilizados, serão definidos à medida que os objetivos específicos forem sendo colocados em prática, pois num primeiro momento se faz necessário mapear, quantificar e conhecer o perfil de cada um dos indivíduos da amostra, bem como sua realidade dentro da instituição e do setor onde eles desenvolvem suas atividades laborais.

Palavras-chave: *Secretário Executivo, Responsabilidade Social, Educação Ambiental, Sustentabilidade, Servidor Público.*

SUMÁRIO

| Item/Sub-item | Seção | Página |
|---------------|--|--------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1 | Objetivo geral | 8 |
| 1.2 | Objetivos específicos | 8 |
| 1.3 | Justificativa | 9 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 9 |
| 2.1 | O papel da Educação Ambiental na conscientização do indivíduo | 9 |
| 2.2 | A Educação Ambiental no Brasil | 11 |
| 2.3 | Responsabilidade socioambiental no serviço público | 13 |
| 2.4 | O profissional de Secretariado Executivo e a responsabilidade socioambiental | 15 |
| 3 | METODOLOGIA | 17 |
| 4 | CRONOGRAMA | 18 |
| 5 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 21 |

1. INTRODUÇÃO

Muito tem se debatido sobre o tema sustentabilidade nos dias atuais. O termo passou a ser conhecido e propagado a nível mundial a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – United Nations Conference on the Human Environment (UNCHE), realizada em Estocolmo, em junho de 1972. No Brasil, a temática ganhou maiores proporções com a realização da ECO 92 (Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) no Rio de Janeiro.

O conceito de sustentabilidade baseia-se na ideia de “sustentar-se” ou “manter-se”, e uma vez que os recursos naturais estão cada vez mais ameaçados em virtude da ação humana, faz-se imprescindível adotar práticas e comportamentos que visem o desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer ainda que ele é um termo transdisciplinar, já que adentra por várias áreas, tendo em vista que os impactos negativos da degradação do meio ambiente afetam nos setores da economia, cultura e educação, e se traduz na necessidade de garantir que as gerações futuras tenham garantia de vida plena neste planeta.

Essa consciência deve surgir a partir da sociedade como um todo, incluindo governo, empresas e a participação popular – individual e coletivamente – através de ações planejadas que façam com que se repense sobre a forma como se vive dentro do meio ambiente.

De acordo com o Guia Exame de Sustentabilidade, da Revista Exame (2017), numa pesquisa realizada pela própria revista com empresas brasileiras, quase 40% das companhias avaliadas declaram fazer o acompanhamento de seus indicadores de sustentabilidade com a mesma frequência que monitoram informações financeiras.

Todavia, apesar de muitos esforços, a ideia de desenvolvimento sustentável parece ainda ser pouco assimilada, pois por um lado a maioria das pessoas negligencia pequenas atitudes que contribuiriam para minimizar os impactos ambientais; por outro lado, muitas empresas ainda desconhecem o fato de que podem se tornar competitivas, apenas incorporando em suas práticas o diferencial voltado para um olhar sustentável.

Além disso, é relevante considerar que o desafio de buscar o desenvolvimento sustentável tem como pano de fundo uma sociedade em constante processo de globalização, o que leva a ampliar seu nível de consumo, e que não se mostra disposta a reverter esse quadro e essa crescente. Os países tidos como desenvolvidos, por sua vez, também não se mostram interessados em adotar posturas e compromissos no sentido de reduzir o que consomem. Ao mesmo tempo, não é negado aos países em desenvolvimento, principalmente os mais pobres, a oportunidade de proporcionar à sua população elevação no consumo. E que não se entenda

por isso, oportunidade de desenvolvimento, pois são coisas diferentes (CARVALHO E MONZONI, 2010).

É dentro desse contexto que surge o profissional de Secretariado como agente facilitador na promoção de melhorias dentro da organização, no tocante à adoção de práticas sustentáveis.

A profissão de Secretariado é muito antiga. De acordo com alguns autores, foram os escribas os pioneiros nas atividades secretariais. Eram pessoas de confiança, dominavam a escrita e redigiam leis. De fato, suas atividades em muito se assemelham às de um secretário dos dias atuais, sendo essa comparação plausível. Porém, o campo de atuação tornou-se muito mais abrangente, levando-se em consideração a evolução das tecnologias e as crescentes necessidades do mercado e do mundo moderno.

O secretário é um profissional que precisou se adequar às constantes mudanças ocorridas ao longo do tempo. Seu trabalho, além de tarefas administrativas de rotina, envolve um planejamento burocrático necessário em empresas públicas e privadas. Assumem funções estratégicas e de apoio aos executivos com quem trabalham, e devem primar pela organização, dinamismo, proatividade, e em algumas situações, discrição e sigilo. Como dito antes, o profissional de Secretariado tem o papel de facilitar, por isso ele deve conhecer os diversos setores e as várias atividades desenvolvidas dentro da organização, com amplo conhecimento para auxiliar no processo de comunicação, direcionando as informações às pessoas que por elas são responsáveis.

Novas metodologias e tecnologias são agregadas em constante velocidade e trazem uma preciosa contribuição às atividades profissionais e aos processos. No dizer de Durante e Santos (2010) pode-se confirmar essa assertiva:

Com a qualificação dos profissionais e a atuação cada vez mais estratégica e condizente com as necessidades das organizações, a profissão vem desmistificando o viés tecnicista e basicamente operacional. Desde os anos de 1950 percebe-se uma transformação no fazer do secretário, conseqüentemente, no perfil profissional. A passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento influenciou intensamente nessa transformação, uma vez que as organizações passaram a necessitar mão-de-obra qualificada e diferenciada para responder com competência a complexidade dos processos.

Dentro de um mercado de concorrência acirrada, num mundo onde praticamente não existem mais fronteiras em virtude da globalização, as empresas, para sobreviverem, devem

adotar diferenciais competitivos. Um desses diferenciais é o olhar voltado para o desenvolvimento sustentável. Ao secretário cumpre o papel de saber da importância de ser socialmente responsável, incorporando essa responsabilidade aos negócios da organização, através de pesquisas e ações politicamente sustentáveis, já que está mais próximo dos centros onde são tomadas as principais decisões.

A partir dessa perspectiva, este trabalho objetiva proporcionar uma discussão acerca de uma indagação pertinente, e a partir do que pode vir a ser uma contribuição pragmática ao setor público, mais precisamente dentro do contexto da Universidade Federal de Campina Grande, em seu Campus sede, traz como problema de pesquisa a seguinte pergunta: na rotina de atividades desempenhadas pelo(a)s secretário(a)s executivo(a)s que atuam no Campus Campina Grande da UFCG, há a adoção de um comportamento ambientalmente adequado implicando em práticas sustentáveis?

1.1. OBJETIVO GERAL

Em consonância com o que já foi explanado, faz-se necessário definir alguns passos que orientarão o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho pretende analisar se os profissionais de Secretariado Executivo da UFCG (Campus Campina Grande) desenvolvem suas atividades de modo a promover a consciência e sensibilização socioambiental no âmbito de suas unidades de lotação.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para definir as etapas do trabalho a serem realizadas, e para que se alcance o objetivo geral, foram delimitados quatro objetivos específicos que consistem em: 1) Identificar e quantificar os secretários executivos que atuam no Campus sede da Universidade Federal de Campina Grande; 2) Descrever os perfis dos indivíduos que compõem a amostra e procurar conhecer sobre suas principais atribuições dentro de seus setores de lotação; 3) Investigar junto aos indivíduos da amostra investigada a existência de problemas e/ou a possibilidade de mudanças de atitudes voltadas para um comportamento sustentável; e 4) Promover melhorias e a implantação de práticas sustentáveis a partir da construção coletiva de uma agenda de secretariado sustentável com a participação desses profissionais.

1.3. JUSTIFICATIVA

A motivação para essa pesquisa justifica-se por ser a sustentabilidade uma temática de extrema relevância e contemporaneidade. Por ter tanta importância, já que são com as ações de hoje que o futuro das próximas gerações poderá estar assegurado, esse tema deve ser tratado em vários âmbitos, tanto no cotidiano de cada cidadão, quanto nos ambientes organizacionais. Desse modo, o papel do profissional de Secretariado é indispensável no auxílio da execução de ações que sensibilizem e viabilizem um comportamento sustentável, a partir de suas atividades e de modo que este possa reverberar por toda a organização.

Além disso, a partir da metodologia utilizada, será possível integrar os indivíduos da amostra da pesquisa, a fim de que, por meio de uma construção coletiva e participativa, sejam apontadas alternativas que tragam ao cotidiano organizacional práticas que visem o desenvolvimento sustentável. Outrossim, os resultados obtidos com as experiências realizadas através da presente pesquisa, poderão servir como exemplo para outras instituições de mesmo segmento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da Educação Ambiental na conscientização do indivíduo

As demandas socioambientais estão hoje no centro das discussões do mundo contemporâneo, e por isso precisam ser entendidas para que se alcance uma compreensão mais ampla sobre a civilização. A conjuntura atual diligencia que haja esforços de todos os campos do conhecimento para que se estudem formas de atenuar os efeitos da crise socioambiental. Por ser uma crise complexa, justifica-se que exista uma urgência em formular alternativas e contributos que minimizem os impactos promovidos pela insipiência relacionada às questões ambientais.

Mas para que se crie um debate consciente e motivado na construção de soluções, é preponderante que a sociedade esteja científica e politicamente alfabetizada. Para se ter uma visão socioambiental, é necessário pensar o meio ambiente como uma área onde possa existir interação e troca, e não como um campo onde a natureza possa ser cultuada mas não tocada.

O meio ambiente pode ser considerado como um espaço inter-relacional, onde a presença do homem não deve ser enxergada como intrusa ou como algo que desagregue, mas

sim como um agente que figura nos círculos como vida social, natural e cultural, e que interage com a teia que se forma a partir daí. A partir desse olhar, tudo que se modifica e que resulta dessa interação, nem sempre pode ter um aspecto negativo, nem ter um resultado nocivo; pode, sim, propiciar um aumento na biodiversidade, fruto da ação humana que se manifestar naquela situação (CARVALHO, 2017).

Um grande desafio, dentro dessa linha de pensamento, é ressignificar o saber. Entender o saber como algo em permanente expansão, construindo identidades, na compreensão do outro, no enxergar o outro dentro de si mesmo, transpor os limites do individual para a conscientização coletiva, e assim, descortinar um universo de grande diversidade de opiniões e culturas, e de diferenças humanas. Como defende Leff (2009, p. 19), “a consistência e a coerência desse saber se produzem mediante uma constante prova de objetividade com a realidade em uma práxis de construção da realidade social que confronta interesses diferenciados, insertos em saberes individuais e coletivos”.

Dentro desse contexto, a educação ambiental objetiva a compreensão por parte dos indivíduos, da complexidade da natureza, do meio ambiente, e da existência de uma interdependência entre elementos. Em cada sociedade, os aspectos e as finalidades são estabelecidos conforme sua cultura, sua situação econômica e sua realidade social. A educação ambiental deve ser conduzida a todos sem distinção, em todos os níveis educacionais e para todas as idades.

Além disso, ela não se propõe a apenas promover um conhecimento aleatório sobre o meio ambiente e a natureza. Estamos falando de uma pedagogia de ação. Ação que transforma o comportamento do homem no seu relacionamento diário com os recursos naturais, de modo que seus hábitos e seu modo de viver se tornem sustentavelmente responsáveis.

A educação ambiental é, de fato, uma das formas de agir e pensar que nos torna seres na sociedade, no momento em que percebemos nossa existência dependente das condições materiais; quando nos impomos o pensamento crítico ao refletir sobre o cotidiano e nossas práticas equivocadas; quando, enquanto indivíduos conscientes, definimos individual e coletivamente os rumos sustentáveis que devemos seguir. Contribuindo com o pensamento sobre a educação ambiental, Loureiro (2004, p.16) defende que ela “(...) permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explicita os problemas estruturais de nossa sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação a nós”.

Contudo, devem ser levados em consideração alguns pontos, se o modelo de educação ambiental que desejamos seguir seja aquele que privilegie a estrutura e funcionamento dos sistemas sociais, e não só dos ideais ecológicos. Esses pontos abarcam enfrentamentos políticos dentro de situações de conflito socioambiental, e a construção de espaços públicos onde todos possam participar.

A educação ambiental não pode ocupar uma postura neutra e conservadora, mas sim atuar de forma ideológica, popular, agregadora e que promova transformações sociais.

O tema voltado para o meio ambiente deve ser objeto de discussão a nível mundial, se levarmos em conta que a devastação ambiental é fruto de um processo social global, resultante da ação humana e de como os recursos naturais são manobrados pela sociedade. A solução para esse tipo de problema não pode acontecer de forma isolada; é preciso adotar uma abordagem onde haja participação coletiva, e nesse contexto a educação ambiental é imprescindível (SCHEFFER, 2009).

2.2 A Educação Ambiental no Brasil

A educação ambiental já era exercida através de iniciativas isoladas, no Brasil, antes mesmo de se tornar uma temática em discussão. Eram ações voltadas para o tema “Ecologia”, quando termos como “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” ainda eram desconhecidos da grande massa. Essas iniciativas eram desenvolvidas por professores em suas escolas, já desde a década de 50.

Quando da sua promulgação em 1988, a Constituição Federal Brasileira trouxe um capítulo que trata, em sua completude, do meio ambiente. O artigo 225 traz em seu teor o seguinte trecho: “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo, para o bem das atuais e futuras gerações”.¹

O capítulo também propunha a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino, sem, contudo, tratá-la como componente curricular. Apesar da proposta, a redação final obedeceu aos critérios internacionais definidos na Conferência Internacional de Tbilisi, em 1977, que é tida como o grande marco da educação ambiental.

1 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> (Acesso em: 10/04/2018)

Em 1999, com a aprovação da lei nº 9.795, foi instituída a PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental, que afirma que a educação ambiental é um elemento essencial e permanente da educação, e que deve estar presente em todos os níveis do processo educativo, seja de caráter formal ou não-formal, desde a educação infantil até o ensino superior, o que faz da educação ambiental algo interdisciplinar.²

A Agenda 21, por sua vez, é um documento elaborado e aprovado na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CNUMAD), que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992. Trata-se de um programa de ação abrangente para orientar a sociedade na busca do desenvolvimento que contemple dois pólos: socialmente justo e ambientalmente sustentável. Tal documento é composto por 40 capítulos que englobam as questões sociais ambientais a nível mundial, como por exemplo, erradicação da pobreza, redução de danos à atmosfera, preservação da biodiversidade etc.; fortalecimento de parcerias que busquem, em conjunto, a implantação de ações desejáveis, a exemplo de ONG's, comunidades científica e tecnológica, indústria, comércio e frentes sindicais; mecanismos financeiros que possibilitem o desenvolvimento científico e tecnológico e a promoção de ensino.³

É perceptível que a introdução da educação ambiental como pauta de discussão no contexto da política nacional é recente. Gradativamente, governo e sociedade passaram a perceber que a crise ambiental está diretamente ligada à diminuição da qualidade de vida dos indivíduos, e isso muito tem a ver com questões como má distribuição de renda, educação e desigualdade social. Além disso, a falta de capacitação ou formação dos profissionais responsáveis pela educação ambiental deixa muitas lacunas em todos os contextos, o que acarreta numa espécie de disparidade nas ações desenvolvidas no país.

Em nosso país, a educação ambiental ainda encontra empecilhos pra ser posta em prática. As leis pregam a necessidade de abordar a educação ambiental como um tema que perpassa por diversas áreas, porém, ela é posta à disposição das disciplinas de Ciências e Biologia, tolhendo sua proposta mais ampla e confundindo-a com conteúdos de Ecologia. A Ecologia se trata de uma ciência e a educação ambiental, de um processo que se propõe a

² Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> (Acesso em: 10/04/2018)

³ Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>> (Acesso em: 10/04/2018)

sensibilizar os seres humanos quanto às questões ambientais, sendo necessária a participação da sociedade em sua defesa e melhoria (PALMA, 2005).

A educação ambiental deve procurar favorecer e estimular possibilidades de se estabelecer coletivamente uma nova aliança (entre seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que permita a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência no planeta com dignidade (REIGOTA, 1994).

Podemos pensar, então, que a educação ambiental é, antes de tudo, uma educação política, pois ela dá condições para que os indivíduos, enquanto cidadãos, exijam e transformem a sociedade em um ambiente de justiça social e ética nas relações com a natureza.

2.3 Responsabilidade socioambiental no serviço público

Entende-se por servidor público todo aquele indivíduo aprovado em concurso público, que passou por um período de estágio probatório, e que, após esse período, permaneceu estável em seu cargo público. Porém, mesmo antes de adquirir a estabilidade, é considerado servidor, sujeito a regime estatutário.

A Constituição Federal de 1988 introduziu um termo genérico e abrangente uma vez que, até a promulgação da carta, prevalecia a denominação de funcionário público para identificação dos titulares de cargos na administração direta, considerando-se equiparados a eles os ocupantes de cargos nas autarquias, aos quais se estendia o regime estatutário. Sendo assim, conforme as disposições constitucionais, servidor público é aquele que mantém vínculo empregatício com órgãos e entidades do governo: União, estados, municípios, Distrito Federal e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O regime jurídico dos servidores públicos é regido por diretrizes que abordam questões referentes à cidadania e ao meio ambiente, pois como já fora observado nesta pesquisa, esses temas devem ser tratados por todas as esferas da Administração Pública, seja ela direta ou indireta, conforme dispõe a Carta Magna em vários trechos de seu texto.

A administração dos riscos socioambientais coloca a sociedade frente ao desafio da necessidade de ampliar o envolvimento público (sociedade e instituições públicas e privadas), através de ações que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental, garantindo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa

perspectiva plural, enfatizando os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação nas cidades, partindo da possibilidade de cada pessoa ser corresponsável pela defesa da qualidade de vida (CARVALHO, HIDD e SILVEIRA).

A ausência de eficácia na prestação dos serviços públicos e o mau uso dos recursos da administração pública configuram como uma das maiores causas dos impactos sociais e ambientais, já que as compras realizadas pelo setor público representam aproximadamente 10% do PIB do país. Comprar baseando-se apenas no preço e sem utilizar critérios socioambientais, traz inúmeros impactos que vão desde o acirramento das alterações climáticas até a manutenção de condições insalubres nos setores de trabalho.

Estabelecer e manter programas para atingir objetivos e metas é fundamental também para a Administração Pública que desempenha papel importante na indução de mudanças para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento. O foco da gestão ambiental é a organização e não o meio ambiente. Através das melhorias nos produtos, processos e serviços é que será possível reduzir os impactos ambientais (COGO, 2011).

O servidor público, por sua vez, também precisa passar por estas transformações, para que sua atuação deixe de se pautar pela pessoalidade e passe a ser gerida por preceitos estritamente legais. Algumas condutas simples, que muitas vezes passam despercebidas tanto pela administração pública como pela sociedade, são prejudiciais ao andamento do serviço público, além de se constituírem em um óbice substancial à ética e moralidade do mesmo (SOUZA e MELLO, 2013).

Cabe ao Estado moderno disponibilizar meios que favoreçam esta consciência. Promover cursos e convênios que descortinem ao servidor público a sua relevância no seio da sociedade moderna é uma necessidade real. O Estado não pode permitir que o servidor público se afaste da cidadania, das disposições constitucionais e dos princípios que regem a ordem jurídica nacional. Todo servidor público deve ser dotado de consciência cívica, desde os agentes políticos, como juízes ou desembargadores, até aqueles servidores municipais que promovem a limpeza das ruas (GERMINI, 2011).

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)⁴ foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o objetivo de incentivar os órgãos públicos do país a adotarem práticas de sustentabilidade. O órgão que utiliza a A3P se preocupa em obter eficiência nas atividades, ao mesmo tempo que promove a preservação do meio ambiente.

⁴ Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>> (Acesso em: 11/04/2018)

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, por conseguinte, reduz gastos. A A3P é destinada aos órgãos públicos das três esferas: municipal, estadual e federal, e aos três poderes do governo federal: executivo, legislativo e judiciário. A utilização da A3P não é obrigatória e não há legislação que imponha sua implementação.

Todavia, percebe-se que a A3P se propõe a adequar o comportamento do consumo do governo aos preceitos constitucionais. Desta forma, a implantação da A3P pode trazer uma série de vantagens, tais como: redução de água, energia e outros insumos, qualidade de vida organizacional, redução de danos ao meio ambiente, economia financeira, um futuro melhor para próximas gerações, entre outros (SANTOS, 2017).

2.4 O profissional de Secretariado Executivo e a responsabilidade socioambiental

O desenvolvimento sustentável como prática, surgiu nos anos 2000, em decorrência de necessidades voltadas ao meio ambiente. Esse fator exigiu que as empresas buscassem desde então aprimorar seus processos de gestão. Essa atenção a nível global relativa às questões ecológicas foi transmitida para as indústrias, que se viram pressionadas de todas as formas. A partir daí, a ISO 14001 surge como parte no processo com a proposta de sintetizar as boas práticas de uma gestão em uma norma, que possa ser auditada por terceira parte e assim certificada em um padrão normativo de gerenciamento ambiental (CAJAZEIRA, 1998).

Além disso, observa-se que as pessoas estão despertando uma maior sensibilidade frente aos problemas que se originam das atividades empresariais. Há uma maior informação sobre a qualidade dos produtos que eles consomem e os impactos ao meio ambiente. Pouco a pouco, isso tem se tornado tema de discussão e legislações específicas de proteção ao meio comum e aos direitos dos cidadãos estão sendo criadas, incluindo aspectos como trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, fatores esses que estão pesando na decisão de compra de quem consome (SERTEK, 2006).

Diante disso, é possível compreender que é preciso ter responsabilidade socioambiental e que ela está intimamente ligada à preocupação e à intervenção das empresas, no sentido de minimizar os impactos que sua produção ocasiona ao ambiente comum. Elas, inclusive, podem se conscientizar dos benefícios dessa escolha, entendendo que a responsabilidade socioambiental é uma ferramenta positiva para prevenir e corrigir alguma má repercussão ou consequência indesejada que, porventura, envolva suas atividades.

De acordo com Buenafonte e Santos (2010), “novos perfis de profissionais foram fomentados a partir da expansão do processo de globalização e da relação meio ambiente e desenvolvimento. Para atender a essa condição, as corporações intensificaram a adoção de processos adaptativos às práticas sustentáveis”.

Passou-se então a ter uma procura por profissionais com capacidade de adaptação à inovação tecnológica, à comunicação, e principalmente que tivessem condições de ter um domínio transversal das relações humanas e suas implicações com o mercado e com a sociedade.

Após essa breve exposição, se faz necessário explicar como o profissional de Secretariado Executivo perpassa por esse contexto, a importância das boas práticas e de como essas ações influenciam no modelo de empresa responsável socioambientalmente.

As leis que regulamentam a profissão de Secretariado é a Lei nº 7.377/85⁵, complementada pela Lei nº 9.261/96.

Dentro da atuação do profissional de Secretariado destacam-se sua postura como multiprofissional, no gerenciamento de conflitos, ao utilizar sua inteligência emocional diante de dificuldades, na resolução de problemas, na administração do fluxo de informações e ao criar um ambiente de interação. Esse profissional almeja alcançar objetivos e metas preocupando não apenas com a qualidade de seu trabalho, mas desenvolvendo parcerias com sua equipe, através do seu envolvimento e seu posicionamento como facilitador (RIBEIRO, 2010).

O Código de Ética do profissional de Secretariado, publicado no Diário Oficial de 7 de junho de 1989, é um instrumento norteador para a correta atuação da profissão. Em especial, é importante destacar o Capítulo VI, que trata das relações do profissional com a empresa, e que traz em sua redação o seguinte texto:

“Capítulo VI - Das Relações com a Empresa

Art.10º. - Compete ao Profissional, no pleno exercício de suas atividades:

- 1. Identificar-se com a filosofia empresarial, sendo um agente facilitador e colaborador na implantação de mudanças administrativas e políticas;*
- 2. Agir como elemento facilitador das relações interpessoais na sua área de atuação;*
- 3. Atuar como figura-chave no fluxo de informações desenvolvendo e mantendo de forma dinâmica e contínua os sistemas de comunicação.”*

⁵ Disponível em: http://www.fenassec.com.br/site/b_osecretariado_lei_regulamentacao.html#lei (Acesso em 10/04/2018)

Pode-se ler nas entrelinhas desse recorte que as ações voltadas para a responsabilidade socioambiental podem e devem ser incorporadas nas práticas cotidianas do Secretário Executivo. “Facilitar e colaborar na implantação de mudanças administrativas (...)” pode incluir adoção de condutas visando o desenvolvimento sustentável.

“Agir como elemento facilitador das relações interpessoais (...)” pode ser interpretado também como conscientizar seus pares/parceiros/equipe a se imbuírem no processo de desenvolver um olhar sustentável dentro dos ambientes organizacionais.

“Atuar como figura-chave no fluxo de informações (...)” pode significar o encabeçamento das primeiras ideias a serem formuladas e implementadas no sentido de transformar a realidade empresarial, com foco na Sustentabilidade e no diferencial competitivo.

Por fim, além de desenvolver a sensibilidade por questões ambientais, outras atribuições do profissional de Secretariado devem contemplar o aprimoramento da capacidade de aferir estratégias de gestão para alcançar os melhores resultados nas tarefas organizacionais e para a comunidade em que a mesma está inserida. É imprescindível entender seu papel profissional e assumir a responsabilidade de desenvolver e aprimorar características que delineiam o seu perfil, como flexibilidade, criatividade, liderança, dinamismo, iniciativa, eficiência, descrição, cooperativismo, ética, paciência, comprometimento e tomada de decisão.

3. METODOLOGIA

Como lastro metodológico, a pesquisa a ser realizada neste trabalho classifica-se como exploratória, descritiva e bibliográfica: *exploratória* porque poderá permitir maior familiaridade entre o pesquisador e o objeto da pesquisa, cuja intenção seja sondar, elaborar ideias, visualizar intenções e desenvolver hipóteses; *descritiva* porque intenciona descrever uma população, seu perfil e suas características; *bibliográfica* porque fará uso de dados e informações capazes de construir a base da investigação do tema e do arcabouço da fundamentação teórica. Sobre essa última, Gil (2002, p.44) explica que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. parte dos

estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

O método a ser utilizado será o da Pesquisa-Ação. Trata-se de uma metodologia em que os procedimentos são originados de necessidades sociais reais e flexíveis baseando-se na forma de participação coletiva. Ele deve produzir mudanças no sentido de ressignificar pensamentos, atitudes e perspectivas, alterando positivamente os comportamentos no sentido da valorização da sustentabilidade. Para que isso ocorra é necessário construir uma dinâmica coletiva, sob a abordagem de um olhar novo, da necessidade de novos cenários, que por sua vez, só são criados a partir de novas práticas.

Embora a pesquisa-ação tenha uma tendência ao pragmatismo, ela se diferencia da prática. E mesmo sendo pesquisa, ela também se diferencia da pesquisa científica tradicional, sobretudo porque a pesquisa-ação, no mesmo momento, altera o objeto da pesquisa e é limitada pela ética e contexto da prática (TRIPP, 2005).

Outros autores contribuem com a ideia da pesquisa-ação como sendo “[...] participativa, supõe uma co-implicação no trabalho dos pesquisadores e das pessoas envolvidas no projeto onde se faz intercâmbio, socialização das experiências e conhecimentos teóricos e metodológicos da pesquisa.” (BALDISSERA, 2001). Para tanto, o pesquisador, antes de tudo, deve ser um facilitador que compreende que suas ações têm impactos diferentes para cada participante do processo, que poderá lidar com incertezas, mas que seja capaz de aceitar as mudanças.

Porém, quando se utiliza uma metodologia participativa, como é o caso da pesquisa-ação, dificilmente haverá uma previsibilidade nas ações e interações entre os sujeitos. Isso porque o processo não se apresenta linear em muitas situações, em virtude de possíveis mudanças e da intensidade dos acontecimentos. Sobre isso, vejamos o que preconiza Dionne (2007, p.20-21):

A pesquisa-ação é um instrumento prático de intervenção antes de ser uma forma de investigação. Nós a apresentamos aqui como sendo principalmente um modo de ação antes de ser um método de pesquisa. Ademais, estando centrada em uma intenção de desenvolvimento, a pesquisa-ação é portadora de interrogações sobre as próprias finalidades da ação. Almejar o

desenvolvimento nos leva a questionar as finalidades da abordagem, o que nem sempre é fácil em razão dos contextos da intervenção.

Mas a despeito da descrença de alguns teóricos, defensores da metodologia tradicional, que veem na pesquisa alternativa um perigo no sentido de diminuir os níveis de qualidade da produção científica, a pesquisa-ação pode cumprir um importante papel no processo de aprendizagem, tanto do investigador quanto dos grupos e indivíduos envolvidos na problemática, fornecendo-lhes os meios de resolução dos problemas que vivenciam, transformando, com isso, sua realidade. De acordo com Thiollent (2017, p.14), “trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído (...) devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez”.

O procedimento metodológico voltado para a pesquisa-ação deve obedecer a uma sequência de fases. Todavia, em virtude da diversidade de situações e a forma imprevisível de como elas se dão, há uma dificuldade em listar regras para a organização dessas fases.

Contudo, faz-se necessário indicar alguns direcionamentos, de modo que as etapas fiquem ordenadas da seguinte forma: 1) identificação do problema; 2) reconhecimento de fatos sobre o problema; 3) planejamento das atividades/intervenções para a solução do problema; 4) implementação; 5) monitoramento da eficácia para a solução do problema; 6) avaliação do efeito das ações; 7) aperfeiçoamento ou não do plano e mudanças, caso seja necessário e 8) conclusão, caso os resultados sejam satisfatórios.

Os instrumentos de pesquisa a serem utilizados, serão definidos à medida que os objetivos específicos forem sendo colocados em prática, pois num primeiro momento se faz necessário mapear, quantificar e conhecer sobre o perfil de cada um dos indivíduos da amostra, bem como sua realidade dentro da instituição e do setor onde eles desenvolvem suas atividades.

4. CRONOGRAMA

| MESES /ETAPAS | Nov 2017 | Dez 2017 | Jan 2018 | Fev 2018 | Mar 2018 | Abr 2018 | Mai 2018 | Jun 2018 | Jul 2018 | Ago 2018 | Set 2018 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Escolha do tema | X | | | | | | | | | | |
| Levantamento bibliográfico | X | | X | X | | | | | | | |
| Elaboração do anteprojeto | | | | X | X | X | | | | | |
| Apresentação do projeto | | | | | | | X | | | | |
| Coleta de dados | | | | | | | | | | | |
| Análise dos dados | | | | | | | | | | | |
| Organização do roteiro/partes | | | | | | | | | | | |
| Redação do trabalho | | | | | | | | | | | |
| Revisão e redação final | | | | | | | | | | | |
| Entrega do TCF | | | | | | | | | | | |
| Defesa do TCF | | | | | | | | | | | |

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo.** Sociedade em Debate, Pelotas, 7(2):5-25, Ago.2001.

BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco; SANTOS, Fernando Alvarenga dos. **Sustentabilidade corporativa e o profissional de secretariado executivo.** XVII CONSEC. FORTALEZA, 2010. Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/site/pdf/xxvii_oral_2_lugar.pdf> (Acesso em 11/04/2018)

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **ISO 14001: Manual de implantação.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998

CARVALHO, André. MONZONI, Mário. **Sustentabilidade: só um modismo?** RAE Eletrônica. v. 9. n. 1, Jan./Jun. 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2017.

CARVALHO, K.M. de; HIDD, R. L. C.; SILVEIRA, D. M. R. L. da. **Responsabilidade Sócio-Ambiental na Gestão Pública.** In: II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. Brasília: CONSAD, 2009. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_56/responsabilidade_socio_ambiental_na_gestao_publica.pdf> Acesso em: 11/04/2018)

COGO, Giselle Alves da Rocha. **A Sustentabilidade na Administração Pública Federal: um desafio às organizações.** Ponta Grossa: UTFPR, 2011.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Série Pesquisa. Brasília: Liber Livro, 2007.

DURANTE, Daniela Giaretta. SANTOS, Maria E. M. dos. **Profissão secretarial: enfoque na atuação estratégica**. Unioeste. 2010. Disponível em: <http://files.secretariadounioeste.com>

GERMINI, Rodrigo dos Santos. **Servidor público, cidadania e responsabilidade socioambiental no século XXI**. JurisWay Sistema Educacional Online, 2011. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5813> (Acesso em 11/04/2018).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE 2017, **Revista Exame**, Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-mundo-em-2030/>> (Acesso em 01/12/2017).

LEFF, Enrique. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes**. Educação e Realidade. v. 34(3). p. 17-24, Set./Dez. 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**. Revista Brasileira de Educação Ambiental. n. 0. p. 13-20, Nov./2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. 1. ed. Brasília, 1998.

PALMA, Ivone Rodrigues. **Análise da Percepção Ambiental como instrumento ao planejamento da Educação Ambiental**. Dissertação do curso de Mestrado em Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre. 2005.

SCHEFFER, Thayane. **Percepção ambiental dos professores da rede municipal de ensino na cidade de São Domingos – SC: um olhar sobre a educação ambiental local**. Monografia do curso de Ciências Biológicas. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Xanxerê. 2009.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Nilzenir de Lourdes Almeida. **Secretariado: do escriba ao gestor. Um estudo sobre o novo perfil do profissional de Secretariado.** São Luiz: Socingra, 2010.

SANTOS, José Carlos Mota dos. **Desafios da implementação da Agenda Ambiental na administração pública (A3P): o caso da Pernambuco Participações e Investimentos S/A.** Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental. Florianópolis, v. 6, p. 133-153, jul./set. 2017.

SERTEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal.** Curitiba: Ibpx, 2006.

SOUZA, Selma Chorro; MELLO, Mônica Seixá de Oliveira. **A evolução histórica do serviço público e a necessidade da transformação do servidor público.** CONVIBRA, 2013. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2013/38/2013_38_6812.pdf> (Acesso em 11/04/2018)

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Universidade de Murdoch. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, Set./Dez. 2005.